

**AGENTES LOCAIS NA ROTA DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS
NATURAIS LOCAIS: breve reflexão sobre a baixada maranhense e o Território
Quilombola Camaputua¹**

Dorival dos Santos²
Faculdade de Educação de São Paulo-FEUSP/SP
Instituto Federal de Educação IFMA/MA

RESUMO

Objetivo neste texto é uma breve reflexão sobre os impactos ambientais em comunidades tradicionais na contemporaneidade, a partir de pesquisas e observações in loco que presencio no Território Quilombola Camaputua no Município de Cajari-MA. As observações colocam em relevo as relações atuais que ocorrem nas comunidades rurais entre agentes locais e exploradores dos recursos naturais presentes nestas. Para esta reflexão revisei inicialmente as relações que foram construídas a partir de nossos ancestrais com os elementos não humanos e seu papel na proteção do ambiente natural. Para tanto referencio Galvão, Pereira Junior e Santos, como forma de visualizar a importância dos elementos invisíveis para o controle dos bens naturais. Em seguida, coloco em evidência a relação de exploração da mão de obra local e a indução dos agentes locais cooptados pelo poder econômico, e colocados na posição de escudos que protegem os verdadeiros beneficiários da retirada dos recursos naturais. Explicito que não se trata necessariamente de operadores de grandes projetos, mas demonstro a fragmentação destas ações por detentores do poder econômico e político local. Por fim, discuto as consequências dessa relação para as ações comunitárias fragilizadas pelas promessas de ganhos econômicos propostas pelo poder monetário, que coloca em posições opostas os sujeitos da mesma comunidade no que concerne à temática dos impactos ambientais. É neste contexto que se faz necessário refletir sobre a dupla exploração dos agentes locais pelo poder econômico; primeiro pela usurpação dos recursos naturais locais e segundo pela exploração da mão de obra dos trabalhadores locais.

Palavras-chave: Impactos ambientais, Território, exploração do trabalho.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Doutorando em Educação da Faculdade de Educação da USP – FEUSP.

Introdução

O presente texto busca uma breve reflexão sobre como as comunidades rurais se relacionam com o meio natural. Neste sentido parto do princípio de que as mediações estabelecidas pelos seres não humanos fazem parte da construção identitária dos grupos sociais, especialmente as comunidades rurais, entretanto tais mediações estão sendo suprimidas pelas novas formas de relação social presentes nestes espaços. Faço uma breve apresentação de como os seres não humanos possuem funções específicas na proteção ambiental, regulação dos espaços e dos elementos da natureza, enquanto construção histórica que ajudou as comunidades rurais desenvolverem estratégias que hoje são denominadas e ecológicas.

Na continuidade, busco vizibilizar as ações antrópicas voltadas para a exploração desordenada e irregular dos bens naturais, além de que esta exploração está articulada ao uso da força de trabalho local e à desconstrução identitária dos camponeses sobre o espaço onde estão inseridos enquanto agentes locais. Aqui a força de trabalho é sequestrada e as mentes dos agentes locais são controladas e orientadas à prática da ação da devastação sem a presença física dos exploradores.

O resultado dessa relação que envolve agentes locais cooptados pelos exploradores dos recursos naturais é discutido na última abordagem, no sentido de colocar em relevo as relações internas a partir dos pontos de ação dos agentes locais e comunidade. É importante explicar que o objetivo não é comparar, nem mesmo atribuir aos agentes locais o conceito de exploradores, e sim, demonstrar que estes agentes cooptados pelo poder econômico são vítimas do processo.

Com os mencionados pontos de análise espera-se construir ainda que inicialmente reflexões sobre a exploração e cooptação de agentes locais e as novas relações que vêm sendo estabelecidas a partir da interferência externa.

Para a presente análise revisei pesquisas e experiências vivenciadas in loco, onde os pontos mencionados foram identificados e as breves discussões com agentes sociais locais no Território Quilombola Camaputua que buscam constantemente acionar o poder público no intuito de buscar ações de amenize os impactos ambientais sem intensificar os conflitos internos e externos.

Os elementos míticos como mediadores dos recursos naturais

A interação entre as comunidades rurais e a natureza se constitui na própria existência de ambas. A relação estabelecida se constrói a partir de elementos humanos e

não humanos (Santos, 2015). É neste contexto que o mítico surge como determinante na proteção do ambiente natural. Este organiza, regula, limita, permite e pune os humanos que desobedecerem as normas estabelecidas pelos protetores invisíveis da natureza.

Galvão (1976), ao pesquisar sobre a vida religiosa no baixo Amazonas, conceitua as encantarias como sendo “uma força mágica atribuída aos sobrenaturais. Seres humanos, animais, objetos podem ficar encantados por influência de um sobrenatural” (GALVÃO, 1976, p. 66). Santos (2015), em sua dissertação de mestrado, a partir de estudos no Território Quilombola Camaputua e de sua própria vivência em uma comunidade quilombola rural, propôs que é necessário ir além da definição de Galvão.

Se considerarmos a representação dos agentes sociais de Camaputua, essa definição parece simplista. Considerando que a partir das narrativas é possível compreender que as encantarias possuem função que vai além de simples fator do aparecimento ou desaparecimento, sendo um instrumento de controle e proteção ao ambiente natural. (SANTOS, p.79, 2015).

As encantarias estão presentes no artigo “Quem não tem santo tem visagem” de Pereira Júnior e Santos (2018). Neste os autores constroem um paralelo entre Alcântara -MA e Cajari-MA, a partir das manifestações do mítico a sua importância na construção da territorialidade quilombola. O texto revela que algumas categorias míticas estão presentes em ambos os municípios, assim como as funções dos elementos não humanos convergem para as mesmas funções, especialmente na relação com a natureza.

As narrativas presentes nas comunidades do Território Camputiaua, às quais identifiquei durante minha pesquisa de mestrado e também presentes no Livro “Resistência de Fé”(2015) , de Ednaldo Padilha (Cabeça), me levam a revisitar a minha infância e lembrar das orientações que foram nos passadas pelos nossos familiares sobre as questões míticas. O respeito a estes elementos invisíveis definiam as nossas ações, determinavam como seria a lida e até em que momentos nossas atividades poderiam ser desenvolvidas. Viver em uma comunidade rural significa viver em meio à natureza, onde a nossa reprodução física e social está diretamente atrelada a nossa relação com o ambiente natural.

Assim como Galvão identificou no baixo amazonas, também identificamos na baixada maranhense diferentes categorias de encantarias, tais como: fite, curupira, mãe d’água. Cada elemento desses possui uma função específica de proteção à natureza, de acordo com Santos (2015), a partir das narrativas obtidas em sua pesquisa, compreende que:

A construção da territorialidade a partir da relação com os encantados sinaliza que não está em jogo a ideia de propriedade privada, mas sim, uma representação da territorialidade sob domínio dos seres encantados. Assim, os elementos míticos aparecem como protetores do ambiente natural, delimitando territórios e regulando a utilização dos elementos oriundos da natureza. Esses encantados aparecem em uma organização, definindo funções, espaços e responsabilidades específicas no território. (SANTOS, p.81, 2015).

Além dos encantados aqui mencionados, os agentes locais do Território Camaputiua apresentam um mapa mental pautado nas ações dos encantados, estes são denominados de Êras³. Estas recebem a proteção de determinado elemento mítico, o qual age como um gestor da área delimitada. É importante ressaltar que estes elementos podem se manifestar visivelmente para qualquer pessoa, desde que seja da vontade deles. Cabe ressaltar que as Êras, assim como os encantados também possuem estreita relação com a religiosidade de matriz africana, sendo que alguns desses encantados se manifestam nos festejos dos terreiros.

A presente exposição sobre os elementos não humanos na baixada maranhense e que também estão presentes em outras localidades no Brasil, busca refletir sobre o papel socioambiental das comunidades rurais e sobre a preservação e uso racional dos bens oriundos da natureza. Requer a compreensão da sociedade em geral sobre o conhecimento ecológico dessas comunidades como algo que está intrínseco à sua vivência e reprodução física e social. Os conhecimentos sobre ambiente natural são repassados de geração em geração por vários meios entres eles estão as crenças em seus encantados, na ancestralidade, cultura e religiosidade. As crianças destas comunidades são desde cedo ensinadas sobre os conhecimentos sobre a natureza, assim como compreender que tudo o que é mais importante para ela advém do meio natural.

Os encantados a partir de sua ação de proteção ao ambiente natural, deixaram como ensinamento que é necessário limites na exploração dos bens naturais, não como forma de negar, mas como forma de manter. Ressalta-se que no presente algumas áreas protegidas pelos seres não humanos estão sendo liquidadas pela ação antrópica, que ao mesmo tempo dificulta o presente e inviabiliza o futuro das comunidades rurais e de seus protetores invisíveis.

³ Essas, de acordo com as narrativas locais, representam um determinado espaço que funciona como a casa, ou uma propriedade dos encantados. Sendo que os mesmos possuem a responsabilidade de manter o controle do uso dos recursos naturais ali presentes. (Santos, p.80, 2015).

A exploração dos recursos naturais articulada à exploração da força de trabalho local

As leis que colocaram a terra no foco do desejo de latifundiários⁴, colocou também em xeque a manutenção da vida nas áreas rurais, por outro lado a urbanização e as promessas de desenvolvimentos potencializaram o êxodo rural. A apropriação dos espaços rurais por grileiros e a ampliação massivas de grandes projetos econômicos, entres estes a produção mecanizada e em grande escala de soja, a ampliação da agropecuária de corte, corroboraram definitivamente para outras relações presentes nas comunidades rurais por todo o Brasil.

Os recursos naturais estão na ordem do dia, seja por aqueles que os exploram, seja por aqueles que os defendem. Assim, estão em permanente embate os interesses dos grandes projetos que fundamentam suas ações em nome do desenvolvimento, e as comunidades impactadas por estes projetos e que buscam se articular no intuito de minimizar os impactos sofridos.

No Maranhão podemos destacar alguns desses empreendimentos que historicamente produzem consequências negativas às comunidades tradicionais no estado. Neste contexto encontra-se: a monocultura de soja mecanizada, projeto de ampliação de linha de transmissão de energia, bubalinocultura na baixada maranhense e produção de arroz mecanizado também na baixada maranhense. Estes projetos estão ligados a setores econômicos que dominam a política no país. A produção de soja, com fins à exportação consumiu e continua consumindo grandes áreas de terra no sul do estado do Maranhão. Na atualidade a fronteira interestadual denominado de MATOPIBA⁵, expressa a força do capital com apoio do estado e consome áreas do cerrado maranhense dos demais estados que compõem essa fronteira. De acordo com Pacheco Lima (2020, p.04):

...cabe ressaltar que apesar dos importantes benefícios socioeconômicos atrelados ao desenvolvimento do agronegócio na região do MATOPIBA, são notórios os 4 potenciais impactos negativos sobre os ecossistemas nativos,

⁴ Em 17 de junho de 1969, o então governador do Maranhão José Sarney aprovou na Assembleia Legislativa do Maranhão a Lei Nº 2.979, conhecida como “Lei Sarney de Terras”. A justificativa para a sua aprovação era a modernização do estado, que vivia o mito político do Maranhão Novo . Assim, as terras devolutas do estado, ocupadas há séculos por posseiros e povos tradicionais, foram mapeadas e postas à venda pelo governo, visando tanto permitir o avanço dos capitalistas quanto desmobilizar os movimentos sociais. Isso provocou a invasão de terras camponesas, assassinatos de posseiros e pistoleiros, a insurgência de organizações sociais e sindicais, prisão de lideranças populares e forte repressão do governo. Os camponeses resistiram de várias maneiras...! (Amaral Neto, p.141. 2021).

⁵ Fronteira agrícola que inclui os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com área aproximada de 73 milhões de hectares e é considerada uma região brasileira estratégica para futuros investimentos no país.

decorrentes da exploração dos recursos naturais e conversão da vegetação natural. Alguns dos principais impactos negativos associam-se direta ou indiretamente à/ao: 1) desmatamento e fragmentação florestal, os quais podem causar isolamento genético de espécies de fauna e flora (Saeki et al., 2018, Kobayashi & Sota, 2019); 2) redução dos estoques de carbono e biomassa florestal (Islam et al., 2017; Rolo et al., 2018); 3) deterioração da qualidade da água de bacias hidrográficas (Brognna et al., 2018; Mello et al., 2018); e 4) perda de proteção dos solos.

O Projeto de ampliação de linhas de transmissão de energia que atravessa a baixada maranhense impacta indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e demais comunidades tradicionais da referida região. O impacto direto ao ambiente natural compromete rios, igarapés, lagos e lagoas, áreas de roças e de extrativismo do coco babaçu. Assim, além dos impactos ambientais estão os prejuízos para a economia das comunidades afetadas. Como foi evidenciado através de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia no período da implantação do projeto. Materializado através dos depoimentos dos moradores das comunidades do Município de Viana-MA.

A região onde essa linha passou é uma região que a gente aproveitava. São Manuel II a gente botava bastante mandioca n'água, na época de verão forte aqui, a gente ia daqui botar mandioca na água lá. As mulheres de lá e daqui juntavam coco juntas. Daqui e para lá a maior questão é essa mesmo, a questão da devastação, devastou uma área que hoje é São Manuel, mas na época a gente sempre teve esse contato nos trabalhos e também o risco que a gente corre de passar por baixo e sofrer qualquer dano. Em São Manuel, passa perto das casas, lá onde o rapaz disse que a zoada incomoda ele.

(Depoimento de PROCÓPIO SILVA, COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENDA, 2012, oficina de consulta do PNCSA).

A produção de bubalinos, projeto que teve apoio dos governos federal e estadual para sua implantação na década de e 1960 na baixada maranhense, causou danos ao ambiente natural e conseqüentemente às comunidades tradicionais. O primeiro impacto foi nas áreas de pastagem que foram destruídas rapidamente em função do grande rebanho de animais que foi inserido na baixada, o seguido o impacto afetou as reservas hídricas, como rios, igarapés, lagos e lagoas. Estes eram locais de pesca para as comunidades que em pouco tempo ficaram sem ter de onde tirar o alimento, principalmente no período de estiagem que a pesca fica escassa. Além destes danos, outros foram sendo somados em função da criação de bubalinos, sendo que áreas de mata firme incluindo babaçuais e áreas de roças foram devastadas e transformadas em pastagem, as conseqüências posteriormente vieram com os cercamentos dos campos naturais. A criação de bubalinos é fonte permanente de conflitos e já dura mais de 50 anos, como destaca Santos (2015), a partir de fontes pesquisadas.

A chegada dos Búfalos à Baixada Maranhense, segundo Vasconcelos (2012) e Barbosa (2013), se deu na década de 1930, em que o pecuarista Hilton Serra comprou vinte e três animais em São Luís, os quais foram levados da ilha do Marajó para a antiga Vila de 93 Barro Vermelho, hoje cidade de Cajari. Este, de acordo com a bibliografia pesquisada, foi o primeiro registro de bubalinos na Baixada Maranhense. (SANTOS, p.93, 2015).

Esta experiência inicial foi realizada de forma independente, sem o incentivo do Governo, diferente do que ocorreu a partir da década de 1960, em que o Ministério da Agricultura, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura, orquestraram a implementação da bubalinocultura nos campos naturais da Baixada Maranhense. A partir do final da década de 1950 e mais intensivamente a partir de 1960, os bubalinos foram inseridos nos campos alagadiços da Baixada Maranhense através da pressão imposta pelos técnicos do Ministério da Agricultura que acreditavam que estes animais teriam melhor desenvolvimento que o gado bovino. Consideravam que os índices reprodutivos do bovino eram baixos, e que os bubalinos se desenvolveram melhor naqueles campos naturais. (SANTOS, p.93, 2015).

Percebe-se que a presença do Estado está em consonância com os interesses do capital, se articula com discursos desenvolvimentistas que habitualmente apresentam projetos transvestidos de solução para superar a pobreza, que, aliás, é intensificada pelo próprio estado para atender aos interesses do capital.

Na atualidade a baixada maranhense vem passando por uma alteração na forma de exploração das áreas que até o início dos anos 2000 eram exploradas pela criação de bubalinas. Esta vem sendo substituída pela produção mecanizada de arroz. A produção já atinge os campos dos municípios de Arari, Vitória do Mearim e Viana. Este produção se caracteriza por utilizar uma técnica de produção que além de utilizar grandes áreas que são preparadas com a retirada de todos os arbustos, mantendo o terreno totalmente limpo, a utilização permanente de água, pois a produção é feita em áreas totalmente alagadas. Para tanto, os produtores utilizam sistemas de irrigação retirando água dos rios e igarapés próximos, através de bombeamento. Esta técnica leva à diminuição rápida do volume de água dos reservatórios, pois a produção é feita exatamente no período de estiagem quando as reservas de água são menores.

Os exemplos aqui citados nos possibilitam revisitar temáticas que já vem sendo estudadas há algum tempo por pesquisadores e academias. Percebe-se que tais projetos são continuamente ajustados ou implementadas novas formas de exploração dos recursos naturais. Estes projetos estão diretamente atrelados a uma estratégia do poder hegemônico que se fortalece através de suas influências políticas locais, regionais e nacionais. Para citar, impõe-se a este contexto as bancadas ruralistas em câmaras municipais, assembleias legislativas, câmara federal e senado federal, assim como o financiamento de campanhas de candidatos concorrentes aos poderes executivos.

Assim, as políticas voltadas às comunidades rurais ao passarem pela análise das referidas bancadas são direcionadas para atender demandas do próprio agronegócio. Podemos destacar as políticas educacionais voltadas a jovens camponeses que são estrategicamente manipuladas colocando estes jovens na condição de futura força de trabalho do agronegócio, como foi detectado em programas como o Pronacampo.⁶

A ação de grandes projetos e as consequências para o ambiente natural soma-se a outras formas que paulatinamente vêm sendo identificadas e que apesar de serem em menor escala, estão presentes nas comunidades tradicionais cada vez mais intensamente. Estas além dos impactos ambientais, produzem alteração nas relações sociais das comunidades.

Como o capital coloca agentes locais em rota de colisão com os demais membros das comunidades

A relação entre agentes locais e o ambiente natural foi historicamente construída por estratégias que envolvem a luta pela manutenção de elementos humanos e não humanos permanentemente ameaçados pela ação das forças econômicas externas. Estes estão ligados por interdependências que são proporcionadas pelo meio natural. Entretanto, a vivência no Território Quilombola Camaputiua e as pesquisas que acompanho permitem perceber outras formas de exploração dos recursos naturais além dos grandes projetos, que afetam diretamente os elementos que constroem a territorialidade específica. Porém, é necessário uma análise cuidadosa para não colocarmos os sujeitos locais em posição semelhante à dos verdadeiros responsáveis pelos atos de devastação. Ou seja, ainda que alguns membros das comunidades participem da execução da ação, estes também são vítimas do interesse econômico externo.

Objetivamente, busco aqui visibilizar relações edificadas sobre as bases da exploração de mão de obra local, que também se reflete na fragmentação das relações sociais locais, pois colocam os próprios componentes das comunidades em lados opostos. Deste modo, se de um lado os agentes sociais buscam mobilizar as comunidades no intuito de lutar contra as ações que impactam o ambiente natural,

⁶ O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), foi lançado com o objetivo de potencializar a formação do campo, entretanto ao longo de seu percurso, vem sofrendo críticas por parte dos movimentos sociais, como observado pelo FONEC, que detecta a influência do capital agrícola além a possibilidade de um retorno à educação rural como um estratégia do agronegócio para atender suas demandas e manter a pressão fundiária no país.

aqueles que estão na posição de subserviência econômica posicionam-se ao lado dos interesses dos detentores do poder hegemônico.

Para ilustrar a presente afirmação, coloco em relevo a exploração de alguns recursos naturais presentes atualmente no Território Camaputiua, entre estes estão: formação de pastagens, derrubada de palmeiras de coco babaçu, retirada de madeiras, areia, piçarras e pesca predatória. A diferença deste tipo de exploração em comparação às praticadas pelos grandes projetos, é que neste contexto estão inseridos sujeitos da política e comércio local.

Uma das ações que produziram impacto direto ao ambiente natural detectados no território, mas que está presente em toda baixada maranhense foi a roçagem de áreas de mata em terra firme, inclusive babaçuais para transformar em pastagens. Também podemos mencionar que foram as primeiras relações de cooptação de trabalhadores locais em favor de fazendeiros e grileiros. Nesta relação, os trabalhadores são contratados para trabalhar como diaristas, para desenvolver serviços como: roçarem, construção de cercas e até vigilância dessas áreas. As consequências foram drásticas, já que a devastação atingiu áreas que eram importantes para o extrativismo e a feitura das roças das comunidades, inclusive daqueles próprios agentes ora contratados. Ao argumentar sobre esta relação na baixada maranhense Silva (p.42. 2020), afirma que: “Utilizando-se de novos arranjos estas práticas são reeditadas, dando seguimento também ao êxodo rural e à força de trabalho que muitas vezes direciona-se às indignas condições de trabalho análogo à escravidão”.

A estratégia dos exploradores também se faz através da contratação dos moradores das comunidades para fazerem a retirada dos recursos naturais como madeira, por exemplo, e repassar a estes que as revendem no mercado local. Especificamente na retirada de madeira, a inserção de equipamentos como o motor serra acelerou o processo de destruição das reservas de matas, anteriormente só utilizadas pelas comunidades na feitura de suas casas e feitura de roças.

Outra situação detectada está na comunidade Enche-Barriga no Território Camaputiua, nesta encontra-se um processo recente de retirada de areia para abastecer depósitos de material de construção e obras de construção civil. Este processo se tornou mais intenso no ano de 2023 com implementação de máquinas para escavação profunda. Neste caso, funciona como uma rede que envolve o morador, que autoriza a retirada em seu quintal, o dono da máquina que escava a área, os proprietários do transporte e o comerciante de material de construção.

As consequências para as comunidades variam desde os danos à vegetação, às crateras produzidas pela retirada da areia, até os danos causados às estradas vicinais que dão acesso às comunidades próximas. Estas vias de acesso são danificadas em função do intenso trânsito de máquinas pesadas e carregadas de material.

A retirada de piçarras está diretamente ligada às ações do poder municipal que, no intuito de fazer a recuperação de estradas, retira sem qualquer planejamento e autorização ambiental a piçarra das comunidades. Este é um processo que ocorre em diversos municípios, porém, supostamente por ser em prol de uma causa que as comunidades consideram justa, que é a manutenção das estradas, não se percebe qualquer movimento contrário por parte dos agentes locais, o que chaga a ser compreensível, afinal não deixa de trazer acessibilidade ainda que temporária ao grupo social. Entretanto, fica evidente que esta ação por ser sem qualquer planejamento deixa rastro de destruição e danos ao ambiente.

Em Cajari, nos primeiros anos do século XXI, as ações de retirada de piçarra por parte da prefeitura afetou o sítio que guarda os resquícios do engenho Cadoz⁷, no outeiro que possui o mesmo nome. Na atualidade a devastação já afetou área considerável e coloca em risco a perda de todos os resquícios do engenho ainda presentes na área.

Outro recurso natural afetado pelas novas relações estabelecidas com o ambiente natural é a pesca. O aumento da demanda com o crescimento populacional dos municípios, a valorização do preço do pescado, a escassez das áreas de produção natural de peixes e a influência de agentes externos, transformaram radicalmente as relações que eram estabelecidas entre agentes locais e a prática da pesca. Iniciada ainda na década de 1990, a pesca predatória nos rios perenes da baixada maranhense era praticada exclusivamente por agentes externos às comunidades, que se valiam do período noturno e da falta de fiscalização para a prática proibida. A partir dos anos 2000, alguns agentes locais foram cooptados por agentes externos e se inseriram no processo, com a promessa de ganhos econômicos mais elevados. Esta ação rompeu com os princípios comunitários da prática pesqueira apenas para o consumo próprio, estabelecendo assim a ideia de pesca como forma de ganhos econômicos. A partir desta nova percepção, outras relações foram estabelecidas, agora necessariamente não precisa mais de agentes externos para inflar a pesca predatória, esta é praticada por agentes

⁷ Buscar sobre o engenho Cadoz na dissertação.

locais independentes da influência externa, que tem como fim a comercialização direta nas cidades e/ou repasse para atravessadores que abastecem as áreas urbanas.

É preciso perceber que adversidades de interferências irregulares sobre o ambiente natural no território se sobrepõem em determinados espaços, como podemos observar em relação ao rio Pindaré⁸, onde, se por um lado a devastação das matas ciliares e a construção de pastagens resulta no assoreamento das reservas hídricas, diminuindo assim estes ambientes, por outro lado, a pesca predatória ocorre nestes mesmos ambientes que agora estão reduzidos, e assim produzindo menos pescado. A consequência são dois impactos ambientais em um mesmo ecossistema, afetando diretamente as comunidades locais em duas dimensões.

O que se detecta como resultados desse entrelaçamento de ações que envolvem os agentes locais em posições diferentes é o desafio dos agentes sociais lidarem com novos conflitos. Os agentes locais funcionam como barreira de proteção dos verdadeiros responsáveis pelas ações, o que pesa é: como suprir os ganhos econômicos dos agentes cooptados? O que a comunidade pode oferecer a estes que já experimentaram o acesso a uma renda, ainda que seja esporádica, produz cada vez mais e maiores expectativas aos agentes cooptados? É possível colocar a comunidade na posição de confronto contra seus próprios componentes? Estas, e outras questões são levantadas, porém percebe-se um engessamento diante deste novo contexto.

Na atualidade, ficamos a pensar que estamos presenciando o resultado do lento processo de transformação que inclui inclusive as formas dos povos do campo se relacionarem com a natureza. A ação do não humano, suas manifestações, seus papéis na proteção ao ambiente natural e das pessoas das comunidades, parece que foram sendo perdidas diante da presença de elementos urbanizados. O conjunto de possibilidades que os instrumentos tecnológicos fornecem tem criado expectativas de rapidez e facilidades em alcançar conquistas materiais significativas. Assim, instrumentos como o advento dos tanques para criação de pescado parecem surgir como solução rápida e fácil para o advento das pesca predatória e assoreamentos dos rios, se isso é possível, os rios e lagos já não terão a mesma importância, então sua preservação perde sentido. Se as casas agora são de alvenaria, então para que se preocupar com as matas para produção de madeira? Agora é possível comprar farinha, arroz, frutas e

⁸ A nascente do Rio Pindaré está localizada nas proximidades da cidade de Montes Altos e Amarante do Maranhão, na serra do Gurupí, em área indígena denominada Krikati, a cerca de 300 metros de altitude. Percorrendo cerca de 466,3 km até atingir a sua foz, no rio Mearim, o Rio Pindaré tem área de drenagem total de aproximadamente 40.482 km². É o maior rio genuinamente maranhense.

verduras na feirinha da cidade, então a roça não é mais necessária, afinal, os programas de transferência de renda dão a condição mínima para aquisição desses produtos, e para completar qualquer trabalho em diárias para os cooptadores resolve. É desta forma que as pessoas das comunidades são convencidas a assumirem o papel de barreira de contenção entre os beneficiários da exploração dos recursos naturais e as comunidades afetadas. Em um jogo que estes agentes cooptados são levados ao um exercício mental de negação de sua história de seu território, destruindo assim a resistência necessária para a luta. Estes não percebem que sua segurança está em justamente manter estes recursos tão necessários para a vida; que a manutenção da luta pelos títulos definitivos dos territórios tem nos recursos naturais um pilar fundamental. E que os exploradores logo de os abandonarão, sem renda, sem recursos naturais e sem a terra.

Considerações finais

Por ser um processo no qual ainda busca-se compreender seus efeitos principalmente na relação comunitária, podemos extrair que há diferentes formas de intervenção ao meio natural nas comunidades rurais, sendo estas intensificadas pelo capital e amparadas pelos detentores do poder hegemônico. Estas ações implicam em novas estratégias que têm como objetivo ir além de uma exploração de recursos naturais, sendo também construída uma exploração social através da força de trabalho, desconstrução das identidades comunitárias e construção de zonas de conflitos internos.

As consequências negativas com os danos ambientais se ampliam com a fragilização dos movimentos que buscam assegurar seus direitos à titulação dos territórios. Na correlação de forças entre o poder econômico individual e as demandas comunitárias, sobressai-se a individualidade, alimentada pela pressão externa que se vale das promessas de ganhos e controla as ações de agentes locais cooptados.

As relações das comunidades e seus agentes internos, dentre eles os elementos não humanos, estão cada vez mais fragilizadas, locais de cultos soterrados pelas máquinas da destruição ambiental e pela quebra na relação com os seres encantados. Estas frágeis relações que agora se fazem presentes, constroem a ausência de ações fraternas entre os agentes locais, os quais parte foi cooptadas pelos poder econômico.

Após as reflexões aqui presentes, e a partir da vivência no Território Quilombola Camaputuiua, cabe afirmar que não devemos, nem podemos colocar os agentes locais cooptados pelo poder do capital no mesmo patamar dos verdadeiros

responsáveis pelos crimes ambientais que ocorrem nas comunidades tradicionais. O que detectamos no Território Camaputiua ocorre também em reservas indígenas, em comunidades de pescadores entre outras. Estes agentes são vítimas do mesmo processo, pelos impactos ambientais e pela exploração de sua mão de obra. Resta-nos a busca permanente por estratégias de resistência e de fortalecimento da luta comunitária pela proteção de seus integrantes e pela proteção dos recursos naturais locais.

Referências

AMARAL, Neto Roberval. **A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO MARANHÃO: Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970.** Entropia, Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº9, Janeiro/Junho/2021, Pág. 147/164. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=45 Acesso em abril de 2024.

GALVÃO, Eduardo . Santos e visagens: **um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas.** São Paulo: companhia editora nacional, segunda edição, 1976.

PACHECO LIMA, Temistocles. **DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES GEOESPACIAS NA REGIÃO DO MATOPIBA, BRASIL.** orientador Prof. Dr. Daniel de Paiva Silva; co-orientador Prof. Dr. Manuel Eduardo Ferreira. Urutaí, 2020. 36 p. Dissertação (em Programa de Pós-Graduação em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado) - Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, 2020.

PADILHA, Ednaldo. **Resistência e fé: o “Cabeça”,** narrativas de um quilombola. SANTOS, Dorival dos (org.) .2 ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

PEREIRA JÚNIOR, Davi; SANTOS, **Dorival dos. Quem não tem santo tem visagem: a contribuição de santos e encantados na construção de territorialidades quilombolas na baixada maranhense.** IN: Insurreição de saberes: tradição quilombola em contexto de mobilização. MARTINS, Cynthia Carvalho; CANTANHEDE FILHO; Aniceto; PEREIRA JÚNIOR, Davi. Manaus: UEA Edições, 2013.

SANTOS, Dorival dos. **Identidade Étnica e Territorialidade.** Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia). Universidade Estadual do Maranhão. p. 135. 2015.

SILVA, Vanessa Cristina Ramos Fonseca da. **Encantos e desencantos em camaputiua: conflitos agrários e resistência quilombola /** Vanessa Cristina Ramos Fonsêca da Silva. – São Luís, 2020. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia social e política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.